



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 3.133, DE 8 DE MAIO DE 1957.

Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 368, 369, 372, 374 e 377 do Capítulo V - Da Adoção - do [Código Civil](#), passarão a ter a seguinte redação:

[“Art. 368.](#) Só os maiores de 30 (trinta) anos podem adotar.

Parágrafo único. Ninguém pode adotar, sendo casado, senão decorridos 5 (cinco) anos após o casamento.

[Art. 369.](#) O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho que o adotado.

[Art. 372.](#) Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se fôr incapaz ou nascituro.

[Art. 374.](#) Também se dissolve o vínculo da adoção:

I. Quando as duas partes convierem.

II. Nos casos em que é admitida a deserdação.

[Art. 377.](#) Quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária.”

Art. 2º No ato da adoção serão declarados quais os apelidos da família que passará a usar o adotado.

Parágrafo único. O adotado poderá formar seus apelidos conservando os dos pais de sangue; ou acrescentando os do adotante; ou, ainda, somente os do adotante, com exclusão dos apelidos dos pais de sangue.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
José Carlos de Macedo Soares

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.5.1957

*